



Artigo

Esgotamento, conflito e indigestão institucional

Murillo de Aragão

Advogado, mestre em ciência política e doutor em sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) e pós-doutor pela Universidade de Salamanca, na Espanha

Chegamos a 2026 com uma constatação inquietante: o sistema político da Nova República, anunciado com o fim do regime militar, falhou em sua promessa de estabilidade institucional. A transição que começou com Tancredo Neves e se consolidou com a Constituição de 1988 estabeleceu formalmente um regime democrático. Na realidade, os resultados são questionáveis. A sensação que se impõe é a de que a República, tal como vem funcionando, aproxima-se do esgotamento. E o fim está sendo marcado por um ambiente de cinismo, extorsão difusa e disputa darwiniana pela sobrevivência – tal como Giorgio Amendola falou sobre a agonia do regime fascista em seus últimos momentos.

O sistema institucional brasileiro está sofrendo, simultaneamente, de dois fenômenos que se retroalimentam: o esgotamento estrutural de um modelo político que não se renova e a oclusão aguda provocada por escândalos que se sucedem em velocidade superior à capacidade institucional de processamento.

Diagnosticar esses dois fenômenos em conjunto é condição para compreender o que realmente se passa no Brasil de hoje.

I. Os sinais do esgotamento

O primeiro sinal de esgotamento é a persistência estrutural de escândalos. De Sarney, passando pelo *impeachment* de Collor, pelo Mensalão e pela Lava Jato, até as polêmicas em torno do INSS e do Banco Master, o Brasil vivencia ciclos contínuos de uso indevido de recursos públicos. Essa sequência não é casual – é sistemática. Cada ciclo revela não a excepcionalidade do desvio, mas a normalidade perversa de um sistema que incorporava a corrupção como variável de funcionamento.

O segundo elemento é a transformação do presidencialismo. Desde 2015, o Legislativo vem aumentando o controle sobre o Orçamento via emendas impositivas, deslocando progressivamente o poder do Executivo. Paralelamente, o

Supremo Tribunal Federal ampliou sua atuação por meio de decisões de grande repercussão política, invadindo áreas tradicionalmente legislativas. O resultado é um conflito permanente entre os poderes, com fronteiras institucionais cada vez mais tensionadas. Saímos do hiperpresidencialismo e chegamos a uma guerra de instituições – característica sem precedente na história republicana brasileira, pelo menos em intensidade e simultaneidade.

O terceiro aspecto, derivado dos anteriores, é a insegurança jurídica e a imprevisibilidade sistêmica. O Legislativo gerencia parcelas crescentes do Orçamento sem supervisão adequada. O Judiciário exerce funções sem fiscalização política eficiente. O Executivo utiliza o populismo e a expansão fiscal como estratégias de sobrevivência de curto prazo. Cada poder opera em lógica própria, muitas vezes incompatível com os demais – e o resultado é um sistema que produz normas sem legitimidade, decisões sem execução e conflitos sem solução.

O quarto aspecto é, possivelmente, o mais discreto – e o mais destrutivo. A Constituição de 1988 transformou-se numa catedral inacabada rodeada por andaimes permanentes. Com mais de 130 emendas em três décadas – cerca de quatro por ano –, o texto que deveria estabilizar expectativas virou arena de disputas conjunturais. Uma Constituição continuamente modificada perde solidez normativa. Quando uma norma fundamental não é mais fundamental,

tudo se torna negociável – e o que é negociável pode ser capturado por quem tem mais poder de barganha no momento.

II. Conflito, poder e autopreservação

O calendário eleitoral empurra os principais atores institucionais para um jogo de poder onde as prioridades são minimizar riscos, maximizar o controle de agenda e atribuir responsabilidades aos demais. Nesse ambiente, temas que deveriam organizar qualquer debate sério sobre projeto de país – segurança pública, qualidade da educação, produtividade e eficiência do Estado – tornam-se detalhes periféricos, quando não completamente ausentes. Com uma pauta dominada por escândalos e operações, os temas centrais ficam na periferia. E a periferia, no Brasil de 2026, ocupa todo o centro.

Dada a gravidade da situação, todos os atores estão, ao mesmo tempo, em posição de força e de fraqueza. O governo busca no STF um fator de proteção e de pressão institucional, mas sabe que o Congresso pode se rebelar e travar a governabilidade. O Centrão tem poder de veto e controle garantido de parcelas do Orçamento, mas vem sendo gradualmente enfraquecido por divisões internacionais, desgaste público, estratégias coordenadas para reduzir sua centralidade e, mais recentemente, pelas investigações relacionadas às emendas orçamentárias. O STF tem capaci-

O presidencialismo de coalizão se converteu em presidencialismo de questões – e as questões, em 2026, são todas urgentes, nenhuma é resolvida e todas acumulam juros sobre o passivo político

dade de legislar na prática ao arbitrar conflitos e preencher lacunas normativas, mas sua legitimidade é questionada com intensidade crescente, elevando o custo político de cada nova intervenção – e o Congresso já aprovou medidas que limitam formalmente seu poder.

Cada poder, portanto, está simultaneamente atacando e se defendendo. Nenhum está em condições de importar sua agenda com exclusividade. E nenhum está em condições de recuperar sem custo. O resultado é o impasse – não como anomalia, mas como estado permanente de funcionamento do sistema.

Nessa quadratura institucional, a pauta pública se move ao sabor do choque do dia, enquanto as soluções de longo prazo ficam eternamente adiadas. O presidencialismo de coa-

Existe um perdedor incontestado: a cidadania, que auxilia as instituições em conflito aberto a partir de agendas específicas às portas das eleições gerais. O que nos revela que a agenda de 2027, em vez de ser de recomeço, poderá ser – na melhor das hipóteses – de reparação

lizão se converteu em presidencialismo de questões – e as questões, em 2026, são todas urgentes, nenhuma é resolvida e todas acumulam juros sobre o passivo político. Em outras palavras, 2026 não será o ano do novo pacto; será o ano do teste de resistência do sistema – e do quanto ele aguenta antes de ceder.

Nesse cenário de fragilidade múltipla, a polarização prossegue prevalecendo com uma surpresa discreta: a atuação de Flávio Bolsonaro, que em uma campanha silenciosa chegou a uma situação de empate técnico com Lula. É cedo para lucrar resultados, mas seu

desempenho surpreende os analistas. O que também surpreende, por razão oposta, é que o presidente Lula tenha permitido ser home-nageado por uma escola de samba com um enredo que agrediu setores importantes da sociedade. Para quem ainda é o favorito, menos é mais. O erro do excesso é tão custoso quanto o erro da omissão.

Institucionalmente, cada um dos três poderes está com a cabeça nas eleições, em uma espécie de salve-se quem puder. O Legislativo e suas lideranças buscam a reeleição e a proteção de mandato. O Executivo busca preservar o mínimo favoritismo eleitoral com o mínimo de confronto possível. O Judiciário prioriza a autopreservação em um ambiente instável e de críticas crescentes. A leitura do momento revela que não há vencedor claro. Mas existe um perdedor incontestado: a cidadania, que auxilia as instituições em conflito aberto a partir de agendas específicas às portas das eleições gerais. O que nos revela que a agenda de 2027, em vez de ser de recomeço, poderá ser – na melhor das hipóteses – de reparação.

III. A indigestão e seus tempos

O sistema institucional brasileiro não está apenas em crise – está com oclusão. Não consegue dar curso digestivo a episódios dramáticos e episódios acumulados. Já mencionei a sequência espetacular de escândalos nas últimas décadas. Mais

recentemente, surgiram os escândalos do INSS e do Banco Master. Não é fácil para qualquer sistema político do mundo digerir tamanha sucessão. Ainda mais para a nossa capenga democracia, que claudica a cada episódio mais grave, que busca chicanas para resolver impasses e que remenda a Constituição como a catedral inacabada de Gaudí.

Se existisse um gastrocirurgião institucional, seria mais fácil. Mas não há. E a ausência de quem pode operar o sistema sem interesse direto no resultado é parte estrutural do problema.

A razão pela qual não há solução de curto prazo reside na desconexão dos tempos. O tempo do STF é geológico: move-se lentamente até que, de repente, provoca um terremoto. Mas, em tempo de autodefesa, opera em passos de formiga e sem vontade. O tempo do governo é o de gastar o tempo, fazendo cera e evitando confrontos e movimentos bruscos. O governo quer chegar às eleições preservando seu favoritismo magro, e qualquer movimento intempestivo pode comprometer esse objetivo. O tempo do Legislativo é o tempo eleitoral e o tempo do temporal: todos correm para renovar mandatos e, consequentemente, suas proteções para as tempestades em curso, na linha do eterno “amanhã será outro dia” ou “deixa estar para ver como fica”. Já o tempo dos vazamentos seletivos é o tempo hipersônico: aquele que ocorre a uma velocidade incrível e impacta o ambiente de forma variável. Às vezes é um dro-

ne, às vezes uma granada, às vezes um míssil altamente destruidor. É aí que mora o perigo para os potenciais envolvidos. Vazamentos são incontroláveis e, dado o potencial da crise, podem ser devastadores.

A agenda da crise para a maioria dos protagonistas é, portanto, uma só: atrasar a digestão. Vamos dar tempo ao tempo para ver se o tema Master-STF-Congresso se torna mais um de tantos e deixa de causar comoção na opinião pública. Como as suspeitas e acusações – e até mesmo algumas evidências – são comprometedoras, também se tentará importar uma espécie de *omertá*: o código de silêncio e não cooperação com investigações associadas às organizações criminosas italianas. O silêncio protege todos. Até mesmo aliados e adversários. O problema é que a *omertá* institucional, diferentemente da mafiosa, não dispõe dos mesmos mecanismos coercitivos. Há sempre o risco do motorista do Fiat Elba, do caseiro que sabia demais, do personagem menor que não foi incluído no pacto de silêncio e resolve falar.

IV. A normalização do inaceitável

O verdadeiro risco sistêmico não é uma crise aguda – é uma normalização progressiva do inaceitável. Quando os escândalos acontecem em velocidade superior à capacidade institucional de processamento, a sociedade vai perdendo os períodos que são toleráveis. A oclusão

deixa de ser um estado de exceção e passa a ser o estado permanente. O que foi chocante ontem se torna rotina amanhã. E a democracia, já claudicante, perde não apenas eficiência – perde legitimidade.

A Nova República não fracassou por ausência de normas. Fracassou pela incapacidade de gerar equilíbrio entre os poderes, disciplina fiscal e padrões éticos minimamente compartilhados. O desafio atual não é simplesmente educacional – é institucional. Sem restabelecer limites e mecanismos de controle mútuo, uma crise será imposta de forma permanente. O esgotamento não ocorrerá por ruptura espetacular, mas por manipulação progressiva – e degradações prolongadas destroem regimes internamente, sem que se perceba o momento exato em que o ponto de não retorno foi ultrapassado.

Três cenários serão apresentados. O primeiro exige uma liderança que imponha fortalecimento institucional de cima para baixo – as possibilidades hoje são propostas, dada a fragmentação e a desconfiança mútua entre os atores. O segundo envolve a continuidade do conflito entre as instituições até que um impasse de peso gere sua própria solução – caminho de alto custo e resultado imprevisível. O terceiro, menos evidente, porém mais promissor, é a construção gradual de consensos mínimos entre os poderes, intermediada pela pressão da sociedade civil e pelo imperativo eleitoral. Soluções de crise vêm de

A Nova República não fracassou por ausência de normas. Fracassou pela incapacidade de gerar equilíbrio entre os poderes, disciplina fiscal e padrões éticos minimamente compartilhados

cima, vêm da acumulação de pressão que torna o *status quo* mais custoso do que a mudança.

O Brasil fica, enquanto isso, suspenso entre a contenção da crise, um fato novo hipersônico ou o cansaço. E o cansaço – essa forma silenciosa de capitulação coletiva – pode ser, de todos os estágios possíveis, o mais perigoso. Porque o cansaço não dissolve os problemas: apenas suspende a indignação que seria necessária para resolvê-los.

O desafio reside em encontrar o equilíbrio antes que a erosão se torne irreversível. O relógio não para. Neste momento, quando a vida institucional está fraturada, apenas o estudo e a reflexão podem oferecer consolo, propostas e algum horizonte. ■

Murillo de Aragão escreve a cada bimestre.